

A CORRUPÇÃO E A ECONOMIA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA À LUZ DAS IDEIAS DOS “INTÉRPRETES” DO BRASIL

Nivea Reis Moura¹
Elisangela Araujo²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar uma temática recorrente na economia e na sociedade brasileira – a corrupção – revisitando e comparando as ideias dos *intérpretes do Brasil*, a saber, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Celso Furtado. De modo particular, busca-se aprofundar na compreensão do referido tema, discutindo suas origens e fundamentos, com base nas interpretações seminais que marcaram o debate intelectual no país. A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa bibliográfica com base em obras dos autores mencionados e suas contribuições que permitem explicar a corrupção e sua persistência na economia e sociedade brasileira. À luz das fontes estudadas é possível observar que a corrupção interfere de forma negativa no desenvolvimento de um país e, particularmente no Brasil, apresenta um forte grau de enraizamento nos indivíduos e instituições historicamente criadas.

Palavras-chave: Intérpretes do Brasil. Corrupção. Economia Brasileira.

ABSTRACT: This paper aims to analyze a recurring theme in the Brazilian economy and society - corruption - revisiting and comparing the ideas of Brazilian interpreters, namely, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre and Celso Furtado. In particular, it seeks to deepen the understanding of the theme of corruption, discussing its origins and foundations, based on the seminal interpretations that marked the intellectual debate in the country. The methodology used consists of a bibliographic search based on works by the mentioned authors and their contributions that allow to explain the corruption and its persistence in the Brazilian economy and society. In the light of the sources studied, it is possible to observe that corruption negatively interferes in the development of a country and, particularly in Brazil, has a strong degree of entrenchment in individuals and institutions historically created.

Keywords: Interpreters from Brazil. Corruption. Brazilian economy.

Data da submissão: 22-06-2019

Data do aceite: 08-10-2019

1 INTRODUÇÃO

Desde 2015 o Brasil está enfrentando uma grave crise econômica e, particularmente, uma crise político-institucional de grandes proporções. Em meio às dificuldades econômicas e ao agravamento da questão social, práticas corriqueiras de corrupção são noticiadas todos os dias, notoriamente, na esfera do setor público, evidenciando retratos da pilhagem dos recursos públicos por parte de grupos econômicos poderosos, endossados pelo Estado, o qual encontra-se muitas vezes, envolvido diretamente em tais situações³.

Em meio a esse cenário complexo, a solução que vêm sendo proposta para a referida crise é a redução do Estado pela imposição de reformas estruturais austeras, baseada em uma política deliberada de ajuste baseada na redução de salários, investimentos públicos, inclusive em áreas essenciais. Ao mesmo tempo, a busca de solução para problemas estruturais graves permanece ausente dos discursos e da prática dos *policy makers* no país⁴.

¹ Nivea Reis Moura – Economista Universidade Estadual de Maringá

² Professora Adjunta Departamento de Economia Universidade Estadual de Maringá

³ Vale notar a deflagração de diversas operações investigativas, que evidenciaram a ligação entre políticos de diversos partidos, dirigentes de empresas estatais e empresários do setor privado, como participantes de grandes esquemas de desvio de recursos públicos, pagamento de propinas, lavagem de dinheiro, dentre outros, com graves repercussões sobre a economia brasileira nos últimos anos.

⁴ Confira Fórum 21, 2016.

Essa situação se torna particularmente preocupante, quando confrontada com a acentuada desigualdade social, expressa na precariedade das relações de trabalho, na concentração da renda e da riqueza, na discrepância na oferta de serviços sociais básicos entre classes sociais e regiões brasileiras. Conforme Fanhani (2017), o longo passado escravocrata, o processo de industrialização tardia e subordinada, além de uma democracia jovem e ainda frágil, são ingredientes fundamentais dessa dinâmica, todavia, a corrupção como uma prática generalizada, contribui para a configuração de um ambiente institucional inóspito e inadequado ao processo de crescimento e o desenvolvimento.

Entender a perpetuação desse ciclo vicioso, notoriamente, pela compreensão dos fatores que levam à continuidade das práticas de corrupção como uma dinâmica antiga, social e culturalmente enraizada é, certamente, uma questão de suma importância no estudo da economia brasileira. Todavia, tal tarefa transcende o plano da economia e adentra outras searas como na sociologia e a história, razão pela qual a leitura dos chamados intérpretes do Brasil – Sérgio Buarque, Raymundo Faoro, Gilberto Freyre, dentre outros – se faz indispensável para se compreender o atual contexto.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo analisar a atual crise econômica e político-institucional que se instalou no país a partir de 2015, revisitando e comparando as diferentes visões e interpretações sobre a economia, a história e a sociedade brasileira, com o foco na temática da corrupção como uma prática enraizada nos hábitos, costumes, instituições, discutindo-se as suas origens e fundamentos, com base na abordagem de autores tradicionais que marcaram e marcam o debate intelectual do país.

A metodologia de análise consiste em uma pesquisa bibliográfica, por meio da leitura das obras dos autores mencionados, tais como: *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre; *Os Donos do Poder: Formação do Patronado Político Brasileiro*, de Raymundo Faoro e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Em especial, busca-se em cada autor, algumas de suas principais ideias e contribuições que, de alguma forma, ajudam a explicar a natureza da crise atual, os problemas presentes na economia e na sociedade brasileira e, com isso, refletir acerca de possíveis formas de superação.

A estrutura do trabalho é a seguinte. Após esta introdução a Seção 2 apresenta os aspectos teóricos da relação entre corrupção e desenvolvimento, ou seja, a visão de diferentes autores sobre a via segundo a qual a corrupção atrasa (ou não) o desenvolvimento de um país. Em seguida, na Seção 2, são discutidas as linhas gerais da visão da corrupção de acordo com a perspectiva dos principais estudiosos (economistas, historiadores, sociólogos) brasileiros. Finalmente, A seção 3 faz uma ligação entre a perspectiva teórica e a atual crise, buscando identificar algum nexo causal e, por fim, têm-se as considerações finais da pesquisa.

2 ASPECTOS TEÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO

No contexto econômico, a corrupção se mostra muito relacionada ao suborno. Quando instalada no seio de uma sociedade é vista como um entrave ao desenvolvimento de um povo, principalmente, no campo econômico. Neste sentido, diversos autores analisam as sequências dessa prática para o crescimento.

No caso do Brasil, a corrupção está enraizada nos costumes da população, através do que se denomina de “jeitinho brasileiro”. Trata-se da busca por levar vantagem em pequenos atos que ocorrem no dia a dia, tais como furar uma fila, entre muitos outros atos que corriqueiramente fazem parte do cotidiano dos cidadãos brasileiros.

Segundo Pimentel (2009), o “jeitinho brasileiro” pode ser entendido como um meio facilitador de corrupção, que está enraizado na sociedade, pelo fato de que as regras vigentes no Brasil foram realizadas com base em modelos de outras sociedades, que não na brasileira em si. Ou seja, o “jeitinho” foi uma forma de lidar com o ambiente formal, que nunca foi bem aceito e assimilado internamente, desta forma, tem-se o desenvolvimento de mecanismos para lidar com o ambiente formal, sem que se entrasse em choque com os hábitos do ambiente informal.

Filgueiras (2009) defende que a prática de corrupção não está relacionada ao caráter do indivíduo brasileiro, mas sim, à constituição de normas informais que acabam por institucionalizar práticas tidas como moralmente

degradantes, mas que são toleradas no cotidiano. Segundo a autora, falta à democracia brasileira um senso maior de publicidade, em que a transparência prevaleça e que o controle da corrupção seja efetivo.

Sodré (2014), por sua vez, realizou um estudo em que busca evidências empíricas da influência da corrupção. O autor constatou em seu estudo, que um aumento nas práticas de corrupção impacta no aumento da desigualdade de renda e da pobreza, podendo reduzir a renda familiar *per capita* das pessoas mais pobres em até 7%. Ademais, também impactam negativamente no desenvolvimento humano dos municípios brasileiros. Portanto, em consonância com seus resultados empíricos, a corrupção aumenta a pobreza e a desigualdade de renda e interfere negativamente no desenvolvimento do país.

Amaral e Iquipaza (2007), investigando a mesma temática, apontam quatro níveis de corrupção, sendo o primeiro de caráter eventual e espontâneo; o segundo, a corrupção estrutural, em que está implícito o envolvimento de uma empresa com algum órgão público; o terceiro, em que tem-se uma rede sofisticada de empresas ou de funcionários públicos agindo na esfera governamental ao longo de anos; e, no quarto nível, no qual se enquadra o crime organizado.

Para esses autores, a corrupção introduz uma ineficiência no sistema público, que se reflete na economia de forma a reduzir a produtividade dos investimentos, como decorrência disso, tem-se a queda do produto potencial do país. Já no âmbito dos empreendimentos produtivos, a corrupção provoca uma diminuição de incentivos.

Feitas essas breves considerações, a próxima seção adentra o pensamento dos “intérpretes” do Brasil relacionando suas principais ideias acerca da corrupção e sua no país.

3 A CORRUPÇÃO NO PENSAMENTO SOCIOLOGICO BRASILEIRO

Diversos autores tratam da temática da corrupção no Brasil enfatizando-a como sendo uma herança histórica, remanescente dos primórdios da colonização e ocupação do território nacional no século XVI. Os diversos fatos comumente observados no dia-a-dia da colônia serviram de “laboratório” para que os estudiosos – os intérpretes do Brasil – construíssem as suas ideias e teorias e, a partir delas, propiciassem uma contribuição relevante no entendimento da dinâmica econômica e social brasileira e seus principais problemas. A seguir são analisadas as ideias de três pensadores: Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado e

3.1 O PENSAMENTO DE SERGIO BUARQUE DE HOLANDA

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) foi um importante historiador brasileiro, que desvenda a sociedade brasileira de maneira ímpar nos aspectos históricos, sociológico e também econômico. Durante sua trajetória foi autor de grandes obras na literatura brasileira, conquistando diversos prêmios. Uma dessas obras será analisada neste artigo, *Raízes do Brasil*.

Holanda (2014), em seu livro “Raízes do Brasil”, construiu uma análise histórica abrangente, desde o nascimento do povo Ibérico e dos países Portugal e Espanha. Ressaltou o fato de que estes povos têm características diferentes do restante da Europa, por estarem separados pelos Pirineus⁵. Isto culminou no desenvolvimento de uma cultura diferente, quase à margem dos outros países, ressaltando-se aspectos com a cultura da personalidade, ou seja, valorização da personalidade do indivíduo.

Para o autor, um dos valores desta cultura está no fato do êxito de uma pessoa não ser dependente de seu esforço, mas principalmente, de suas virtudes. E em decorrência disto, destaca que há uma falta de entusiasmo pelas formas de organização, assim como pela solidariedade e ordenação entre eles, a não ser por força exterior. Nesta

⁵ Os Pirineus são uma cordilheira no sudoeste da Europa cujas montanhas formam uma fronteira natural entre a França e a Espanha. Separam a Península Ibérica da França e estendem-se por aproximadamente 430km, desde o Oceano Atlântico até o Mar Mediterrâneo.

cultura, os privilégios herdados não exerciam tanta influência, uma vez que a individualidade como característica marcante levaria a uma competição individual que traz a exaltação do prestígio individual.

Portanto, nesta sociedade ibérica a nobreza valorizando o êxito e o mérito, não era rigorosa e impermeável, pelo contrário, era acessível a ponto de haver homens de linhagem dos fidalgos em todas em todas as profissões, sendo negadas as honras enquanto vivessem em trabalhos braçais, considerados menos nobres. Assim, destaca que havia relação de “intimidade” entre pessoas nobres e o povo.

Outro aspecto destacado por Holanda (2014) é que os povos ibéricos também demonstraram grande capacidade de adaptação às novas formas de existência, fato que contribuiu para a vida nas colônias, em especial, na América. O valor do mérito pessoal foi preservado e fundamentado no sentimento da própria dignidade de cada indivíduo desta sociedade. Este fato o leva a concluir que os portugueses e espanhóis desconfiavam de teorias que negavam o livre-arbítrio e, desse modo, não se encaixavam num mundo em que este valor não fosse reconhecido.

Assim, em Portugal e Espanha e em suas respectivas colônias, o princípio norteador do funcionamento da sociedade foi a representação por governos e valores que não favoreciam a associação entre homens e, por consequência, dificultava a organização social. Aliado à má organização social, tem-se ainda a falta de solidariedade de uns para com os outros, além do desprezo em relação ao trabalho manual/mecânico que não era valorizado.

No entanto, Holanda (2014) explica outra peculiaridade desta sociedade, que se refere à ideia da obediência vista como virtude, sendo este, um princípio político forte. Desta forma, há nestes povos uma vontade de mandar e, concomitantemente uma disposição para obedecer, e cumprir ordens. Não existe então, outra forma de disciplina senão a pautada pela centralização do poder e a obediência. Isto explica o fato de os jesuítas conseguirem impor disciplina pela obediência em suas incursões na América. Neste sentido, observa-se uma possibilidade de algumas pessoas se sobressaírem à custa de outras, devido à obediência e passividade destas, aspectos os quais se tem exemplos frequentes na atual sociedade.

Outro aspecto mencionado, se refere à colonização dos trópicos como a maior missão histórica de Portugal. Dentre os povos europeus, os portugueses foram os que mais se adaptaram e conseguiram explorar as terras tropicais, apesar da forma desleixada, sem ordenação e sem espírito empreendedor. Não obstante, o autor aponta que há aspectos interessantes da colonização portuguesa, dentre eles, o espírito aventureiro. Pelo fato de se aventurarem em grandiosas façanhas, este povo sempre conferiu importância a grandes projetos, particularmente, os de resultados imediatos. Não se valorizou, por isso, o homem trabalhador por considerarem seus ideais pequenos, em meio à época em que se exaltava o espírito de aventura. Este fato contribuiu para a adaptação no Brasil, tanto em relação ao clima, como a alimentação, utensílios, meio de transporte, modo de cultivar a terra e também nas habitações.

Segundo Holanda (2014) tal êxito foi notório, em particular, quando comparado à tentativa dos holandeses de se apoderar de parte do território brasileiro, o que se explica pelo fato de que os portugueses se permitiram aproximar-se dos povos nativos, ou “de cor”, então eles americanizavam-se ou africanizavam-se de acordo com a conveniência. Ademais, tinham como elementos facilitadores a língua e a doutrina do catolicismo, menos exclusivista em relação ao protestantismo; além do fato de que os holandeses que tentaram colonizar o Brasil demonstravam orgulho de sua raça, coisa que os portugueses não tinham.

Como tudo era questão de adaptação, o autor discute que o processo de cultivo de plantações de cana-de-açúcar se deu pelo incentivo do mercado e pelas conveniências de produção. No entanto, um dos problemas enfrentados pelos proprietários das grandes plantações foi a mão de obra, uma vez que o indígena não se adaptou e a solução se deu com a inserção do trabalho escravo dos negros africanos. Nesta empreitada, através da lavoura da cana e a produção de açúcar, os portugueses buscavam o lucro imediato sem a preocupação com a recuperação do solo, haja vista o fato de as terras serem abundantes. Não houve, portanto, fixação de agricultores empenhados nessa tarefa, apenas pequena parcela de colonos. Isto ocorreu, muito provavelmente, pelo fato de a agricultura não ser um trabalho valorizado em Portugal, além disso, não havia população o bastante para migrar para o Brasil e, os que migravam, continuavam movidos pelo espírito aventureiro e imediatista, sem preocupação com o longo prazo.

Desta forma, o colono português não se preocupou em empregar novas técnicas de manejo do solo e de plantio, adotaram-se técnicas primitivas e rudimentares dos nativos, estritamente extrativista. Acreditava-se que a terra era fértil apenas na superfície, portanto, o arado não era aceito. Se para conseguir cultivar com técnicas avançadas era preciso muito trabalho e espera pelos bons resultados, preferiram a monocultura nas grandes propriedades, também pelo motivo de a terra ser abundante. Portanto, o que os colonos na verdade queriam era tirar tudo o que pudessem, sem ter que fazer muito esforço.

Fazendo um paralelo com a atual sociedade brasileira, percebe-se uma semelhança notória, principalmente em relação ao popular “jeitinho brasileiro”, em que para todo tipo de problema se tem uma forma para “facilitar” o dia a dia, desde aos mais simples até aos mais complexos, com o intuito de ganhos rápidos.

Ainda prosseguindo na análise histórica da colonização, Holanda (2014) explica que o fato de os povos ibéricos, em especial ao português, não terem aptidão no cultivo da terra, seguindo as regras da natureza, pode ser explicado pela falta do sentimento de nacionalidade ou raça. Isso porque, na época das navegações, já havia em Portugal imigrantes vindos da costa da África, um facilitador para a busca de escravos africanos, aos quais cabia realizar os serviços que não eram de interesse dos portugueses realizar. A miscigenação aproximava, por vezes, donos e escravos o que dificultava a separação de raças.

No entanto, na colônia, com a escravização mais estruturada, chegou a haver fatos como o de Minas Gerais, que tornou proibida por lei a participação de homens “de cor”, ou casados com negras e suas gerações, de ocuparem cargos públicos. Mas, ainda assim, houve, em outras regiões da colônia, casos de mulatos formados que eram nomeados para tais cargos. Portanto, Holanda (2014) observa que não era a raça que os limitavam, mas a associação ao trabalho escravo. E isto explica o porquê de, ocasionalmente, indígenas e mamelucos ocuparem lugares que negros e mulatos não poderiam. Outro fato a se destacar, é que o espírito do nativo se assemelhava ao do colonizador quando o assunto era trabalho. Não houve impedimento para que se casassem brancos com índias e não era aceitável a discriminação de seus descendentes. Mas, o mesmo não ocorria em relação aos casamentos e frutos entre brancos e escravos, cabendo a estes, trabalhos menos considerados na sociedade.

Em relação à economia colonial, Holanda (2014) ressalta que ela girava em torno dos latifúndios, monocultura e trabalho escravo. Por isto, não estimulou o desenvolvimento de atividades produtivas como a manufatura, retardando o desenvolvimento de um mercado interno consolidado. As fazendas eram autossuficientes, devido à mão de obra escrava empregada e esta era destinada não apenas à produção dos bens, mas também, empregada no que fosse necessário para garantir o sustento e boas condições de vida para dos senhores de escravos. Portanto, ter escravos era sempre lucrativo para os senhores.

Em relação ao pequeno comércio existente, não havia continuidade no ofício, pois, conforme o comerciante acumulasse bens, logo deixava o trabalho para desfrutar de regalias. Isso, fazendo-se um paralelo com a atual sociedade brasileira, evidencia a característica de exacerbação do pouco esforço para se conseguir chegar de forma rápida aos fins desejados.

Sendo assim, Holanda (2014) evidencia que, no meio urbano da colônia, assim como no meio rural, também prevaleceu o gosto pelo ganho fácil, desta forma, não havia discriminação de quem comercializava o quê, prevalecendo a falta de continuidade de ofício entre as gerações. Um comerciante poderia vender mercadorias variadas, poucos eram os casos daqueles que se dedicavam a um único ofício como era mais comum na Europa.

Também não era comum que houvesse trabalho coletivo entre os colonos, tal fato só tinha êxito caso estivessem ligados a sentimentos, como por exemplo, em construções de igrejas. Havia ainda, caso de mutirões entre os roceiros, que se socorriam nas mais variadas tarefas, mas estes casos também eram movidos a sentimentos, pois não era um trabalho disciplinado e constante. Por fim, destaca-se que não houve uma organização no comércio e na manufatura devido ao individualismo e a busca pelo ganho imediato e com o mínimo de esforço possível.

Nota-se, nesse sentido, a semelhança com a análise Furtado (2007) que identifica em sua obra *Formação Econômica do Brasil* o problema econômico do país – a política econômica da metrópoles em relação às suas colônias

– cujo objetivo consistia em explorar ao máximo seus recursos naturais e usufruir de tais excedentes, normalmente metais preciosos, fosse para uso próprio ou para a comercialização com outras nações, dentro do contexto mercantilista vigente à época. Isto pode ser relacionado à ideia de procura pelo ganho fácil que trata Holanda (2014).

3.2 A ANÁLISE DE CELSO FURTADO

Celso Furtado (1920-2004) foi um renomado economista brasileiro que ao longo de sua carreira ocupou diversos cargos importantes. Uma de suas obras mais conhecidas – *Formação Econômica do Brasil* – é analisada neste artigo. Esta obra traz uma análise ímpar da economia e da sociedade brasileira.

De acordo com o autor, em princípio, não foram encontrados metais preciosos no país, de modo que as riquezas retiradas do território eram, essencialmente, madeira para construção e tinturaria, em particular o Pau-Brasil, além de algumas especiarias.

Mais tarde, Portugal introduziu a cultura do açúcar, que se adaptou bem ao ambiente tropical. O governo português concedia benefícios àqueles que se propusessem a construir engenhos no país sendo permitida, inclusive, a escravização de indígenas. Todavia, por não se adaptaram ao trabalho forçado, a saída encontrada foi o comércio de escravos africanos.

Uma das principais exigências para se adquirir terras na colônia era a profissão da fé católica, o que imprimiu à sociedade a característica da exaltação do livre arbítrio, como destacou Holanda (2014). Foi graças ao ciclo do açúcar que a colônia começou a se desenvolver, por introduzir um fluxo de renda mais significativo no país, devido ao aumento de investimentos nas empresas açucareiras, embora frágil, pela inexistência de mão de obra assalariada. A renda doméstica advinha da exportação do açúcar, registrando-se um fluxo de importação, principalmente de bens de capitais. A parcela do comércio interno era praticamente inexistente, notoriamente, composto de produtos trazidos da metrópole comercializados na colônia por estes importadores.

Furtado (2007) destaca que a empresa açucareira gerava alta lucratividade, pois com a mão de obra escrava, mesmo em períodos de crise do produto, esta ainda era lucrativa, pois se empregava os escravos na realização de outras tarefas de cunho pessoal do senhor dono dos escravos. Portanto, não se desperdiçava a mão de obra, havendo sempre ocupação para ela, seja na lavoura seja em outras atividades da propriedade.

À medida que o tempo passava e eram descobertos metais preciosos no Brasil, os interesses de Portugal em relação à colônia aumentaram. Há migração de mão de obra para a região meridional e, pela primeira vez, registra-se notória corrente de imigração espontânea de portugueses para o país. Com isto é possível perceber a atratividade da colônia, pela possibilidade de ganhar dinheiro de forma rápida e fácil, nos mesmos moldes descritos na ideia do espírito aventureiro que trata Holanda (2014).

Neste novo cenário econômico, a mão de obra é predominantemente formada por homens livres e, aos escravos, passa a existir a possibilidade de compra da liberdade, portanto, neste período há possibilidade de ascensão social. Com isso e, no intuito de se burlarem as cotas de ouro e demais metais preciosos que deveriam ser repassados para o governo, surgem diversos modos de atuação dos indivíduos envolvidos nas atividades mineradoras. Como a colônia tinha o catolicismo como religião oficial, um dos meios empregados para burlar o regime era utilizar imagens religiosas, santos da igreja católica que eram ocultos por dentro, como meio de se carregar metais preciosos para fins pessoais, sem ser descoberto. É deste período que se originou o ditado “*santo do pau oco*” que é utilizado até os dias atuais para se expressar algo ou alguém que mantém determinada aparência, todavia, falsa. Com isso pode-se perceber que, na cultura dos colonizadores do Brasil, já havia uma cultura que não se importava muito que meios deturpados fossem empregados para se chegar ao objetivo final.

Outro ponto que Furtado (2007) destaca em relação ao ciclo do ouro, é que com esta nova base social criou-se um novo mercado. A região das minas era distante do litoral, o que dificultava e encarecia as importações de bens de consumo, incentivando o desenvolvimento de um mercado interno no país. Houve a reunião da população em pequenos grupos urbanos, a renda era menos concentrada e a demanda por bens de consumo era diversificada e sem muitos artigos de luxo.

Furtado também dá destaque às relações entre países, sendo o centro (países desenvolvidos) e a periferia (países em desenvolvimento). Segundo o autor, o Brasil colonial se desenvolveu de forma periférica em relação a Portugal, que é o país central. A relação criada entre a colônia e metrópole foi basicamente unilateral, incapaz de desenvolver um mercado produtor interno consistente e independente das importações para bens de consumo não duráveis e de necessidades básicas na colônia.

Uma das explicações para isso, é o fato de o trabalho não ser assalariado, o que ocasionava falta de renda aos possíveis consumidores. Mais tarde, mesmo quando começou o fluxo de renda interna cresceu, o Brasil não consegue se tornar um país mais central, pois continua muito dependente da metrópole, que via o país como uma fonte de lucros, extraíndo suas riquezas naturais e garantindo uma relação de obediência para com Portugal.

3.3 O PENSAMENTO DE GILBERTO FREYRE

Outro pensador notório da história econômica e da sociedade brasileira Gilberto Freyre (1900-1987) é um grande nome, não apenas no Brasil, mas também no exterior. Na obra *Casa Grande & Senzala*, o autor entende a corrupção como um fenômeno antigo, que vêm desde os primórdios do descobrimento e da colonização do território brasileiro.

O autor traz relatos de que, no período colonial, a sociedade seguia uma conduta espelhada no padrão europeu, mas de forma adaptada ao ambiente americano, com mescla ainda, das mais diversas culturas, a africana, pela influência dos escravos e, ainda, dos indígenas que já residiam nessas terras.

Neste sentido, com a inserção dos colonos portugueses no *habitat* indígena, houve uma troca cultural que Freyre (2006) denomina de “*bibridização*”, ou seja, os colonos ao manter relações com os nativos, não apenas exploraram os recursos naturais brasileiros, mas também se adaptaram às condições do *habitat*. Desta forma, os colonos tiveram que se habituar a viver sem muito luxo e em uma realidade diferente do que é comumente retratado na literatura.

Relatos de cartas dão conta que os colonos eram descritos como uma sociedade em que, tanto ricos quanto pobres e escravos, tinham uma má nutrição. O motivo pelo qual isto não é comumente mencionado, é que os relatos do período são, em sua maioria, de padres que visitavam os colonos. No entanto, quando o faziam eram recebidos como autoridades, com banquetes fartos, diversidade de alimentos e até utilizavam talheres (o que não era comum no dia-a-dia da colônia). Também eram realizadas festas em tais ocasiões, para impressionar e simular uma realidade distinta da vivida no cotidiano.

Mas não foram somente os colonos que aprenderam com os nativos, os indígenas também aprenderam costumes da cultura europeia cristã. Diferentemente dos colonos, que tiveram de se adaptar ao ambiente novo e diferente, a aprendizagem do indígena da cultura europeia cristã ocorreu de maneira forçada, por meio da catequização realizada pelos Jesuítas. Muito dos costumes indígenas foram fortemente reprimidos e esta imposição de uma nova civilização causou como se sabe, prejuízos de todo tipo à população indígena, mestiça e também cabocla.

Desta forma, percebe-se que esta imposição da nova civilização não foi o suficiente para criar uma base econômica que permitisse a sobrevivência aos índios. Se por um lado se encontravam presos à moral que lhes foi imposta, como exemplo, a obrigação de sustentar esposa e filhos, por outro lado, encontrava-se em condições econômicas tais que não poderiam manter nem a si próprios. Além disto, relatos fazem menção ao fato de que os padres abusavam de sua suposta superioridade perante os nativos, com o intuito de escravizá-los, agindo de forma oposta à que propagavam através da religião.

Neste sentido Freyre (2006) exemplifica com um relato curioso de que, para um salário médio de aproximadamente 100 réis, o índio recebia apenas 33 réis, implicando a queda da contratação de caboclos. Isto culminou na dissolução de muitas famílias cristãs de caboclos, verificando-se, em paralelo, o aumento nos casos de mortalidade infantil, redução da natalidade, assim como muitos casos de abortos provocados pela ausência de maridos e pais.

Em relação à aquisição de terras por portugueses no Brasil, o autor salienta a facilidade que se tinha em adquirir as *sesmarias*, bastando professar a religião católica. Assim, os que por meio de casamento ou de outras maneiras se convertessem ao catolicismo, poderiam ser vistos como pessoa *boa*, sendo fácil, portanto, se tornar dono de terras no Brasil.

O que fica claro com a análise de Freyre (2006) é que a colonização se deu pela exploração da maioria da população em prol de uma pequena parcela abastada da sociedade. Perante as autoridades que vinham visitar a colônia, a população agia de uma forma, mas no cotidiano, agia de forma diferente do padrão europeu. E a partir do início do processo de desenvolvimento da colônia, não se permitiu à maioria da população, condições econômicas favoráveis nem ao menos a possibilidade de sustento próprio a partir do próprio trabalho.

4. A CORRUPÇÃO E A CRISE POLÍTICO-INSTITUCIONAL DA BRASILEIRA: UMA CONCILIAÇÃO POSSÍVEL?

Em toda a história econômica brasileira e, de modo especial nos anos mais recentes, tem-se assistido a inúmeros de casos de corrupção envolvendo o setor público (políticos do governo, dirigentes de empresas estatais) e o setor privado (doleiros, empreiteiras, etc.) através da prática de lavagem de dinheiro, corrupção e fraudes em licitações relacionadas a contratos públicos, que abarcavam vultosas somas de recursos.

Sem entrar em detalhes acerca das operações e seus envolvidos, o fato é que o país ingressou em um clima de grande desconfiança e instabilidade política que após muitos desdobramentos, culminou até mesmo no *impeachment* da presidente eleita democraticamente Dilma Rousseff logo no início de seu segundo mandato (2015-2018).

O período que se seguiu ao referido acontecimento, longe de representar um divisor de águas, trouxe uma crise política e institucional ainda mais séria. De fato, o PIB brasileiro caiu abruptamente no binômio 2015-2016, ao mesmo tempo em que se assistiu à elevação da taxa de desemprego e a consolidação de um clima de baixa confiança nos negócios e, portanto, a estagnação da taxa de investimento, que atingiu seu nível histórico mais baixo: 15,6% do PIB em 2017. A despeito dos discursos midiáticos serem moralistas e defensores do fim da corrupção, o fato é que diariamente são noticiados acontecimentos dessa natureza, seja em nível dos diferentes entes federativos, seja no âmbito do cotidiano da sociedade brasileira.

É nesse contexto que apresenta a problemática da corrupção como tema presente e atual, configurando-se um limitador da continuidade do processo de desenvolvimento do país. Em consonância com as principais interpretações do Brasil é possível associar às práticas desonestas, seja dos dirigentes da nação, seja da sua própria população diversas características perversas. Vale notar algumas delas: i) individualismo, ii) imediatismo/lei do mínimo esforço, iii) indiferença e exploração do trabalho, iv) desprezo pelo trabalho manual/menos qualificado, v) reduzido sentimento de nação, vi) uso da religião para obter vantagens financeiras e vii) disciplina e passividade mesmo diante de erros e injustiças, dentre outras.

Sabendo que todos esses traços são antigos, histórica e culturalmente enraizados na economia e na sociedade, busca por novos caminhos para a construção de uma nova mentalidade pautada por valores como o sentimento de nação, pensamento coletivo ao invés do individual, respeito dos direitos e a condição de todos, seria de fundamental importância para o desenvolvimento brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discutiu algumas ideias dos chamados “intérpretes” do Brasil acerca da temática da corrupção, suas origens e fundamentos na economia brasileira.

A partir da compreensão do caráter perverso da corrupção e, em particular, de sua contribuição negativa para a trajetória de desenvolvimento econômico, destacada por vasta literatura da área, buscou-se apreender das principais

interpretações da sociedade brasileira, objetivando lançar alguma luz ao momento atual, que escancarou a corrupção como um problema crônico e endêmico, através de denúncias, investigações e resultados das operações, a exemplo da *Operação Lava Jato*.

A partir da leitura dos “intérpretes” brasileiros foi possível identificar que a cultura brasileira teve influência do país colonizador – Portugal – quando este ainda estava em formação. Vale mencionar, por exemplo, a ótica de Holanda (2014) que destaca que tal cultura trazia traços individualistas, pautada pela busca de lucros/ganhos de forma rápida e fácil, isto é, dispendendo-se o mínimo de esforço pessoal. Tais características, formadas por ocasião da colonização, foram acentuadas pela miscigenação e adaptações de diferentes culturas, que existiam ou que vieram a se estabelecer no Brasil.

Também se nota, nas obras analisadas, que já havia na cultura dos colonos uma característica de facilitação de processos para chegar de forma rápida aos fins desejados, mesmo que isto implicasse em atitudes moral e eticamente incorreta, sendo perceptível indício do que hoje é chamado de *jeitinho brasileiro*. Vale notar, contudo, que a colonização brasileira foi realizada pela adaptação do povo português nesta nova terra, mas também pela grande miscigenação de povos: nativos, africanos, europeus, cuja mescla de culturas, gerou um povo que hoje, possui muitas raízes e, portanto, uma complexidade de instituições, hábitos, costumes.

Sabe-se, todavia, que instituições mudam lentamente, mas moldam indivíduos e são moldadas por eles, de modo que, quem sabe futuramente as novas gerações possam compreender a importância de combater a corrupção, em todos os seus aspectos, para se possa obter uma nação melhor para todos.

REFERÊNCIAS

FILGUEIRAS, Fernandes. **A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social**. Opinião Pública, Campinas –SP, vol. 15, n^o2, p. 386-421, nov. de 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Ed. 51, São Paulo – SP, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Ed. 34, São Paulo – SP, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Ed. 27. São Paulo-SP. Companhia das Letras.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2018. Pesquisa por Amostra de Domicílio contínua (2012-2017). Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 20 de abril de 2018.

IQUIAPAZA, Robert; AMARAL, Hudson. **Reflections on the Impact of Corruption on Economic Development: a literature review in the Brazilian Economy**. MPRA Paper, n^o 1818, posted 16, Fev. de 2007.

PIMENTEL, Joyce. **A institucionalidade do “jeitinho Brasileiro”: regras implícitas ou hábitos dos indivíduos? Uma discussão das abordagens institucionalistas à luz dos intérpretes do Brasil**. Porto Alegre - RS. 2009.

ROSSI, DWECK (2016). **Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação**. *Cadernos de Saúde Pública*, 2016, 32(12). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n12/1678-4464-csp-32-12-e00194316.pdf>. Acesso em 10/04/2018.

SODRÉ, Flavius Raymundo. **Os impactos da corrupção no desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza dos municípios brasileiros**. Recife – PE, 2014.